

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.305 - RJ (2019/0231241-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE**
ADVOGADO : **LUIZ FELIPE CONDE E OUTRO(S) - RJ087690**
AGRAVADO : **VERA LUCIA DE AGUIAR MORAES**
ADVOGADO : **LUIZ CARLOS DE CARVALHO PORTELA E OUTRO(S) - RJ165289**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. 1. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022, II, DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. 2. TRATAMENTO PRESCRITO PELO MÉDICO. CONDUTA ABUSIVA. INDEVIDA NEGATIVA DE COBERTURA. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu recurso especial apresentado por SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE, com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Compulsando os autos, verifica-se que a agravada ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com danos morais (e-STJ, fls. 2-17), tendo o Juízo de primeiro grau julgado procedentes os pedidos (e-STJ, fls. 265-269).

Interpostas apelações pelos litigantes, o Tribunal de origem decidiu, por unanimidade, negar provimento ao recurso da ora agravante e dar parcial provimento ao da ora agravada, em acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 362-364):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE PLANO DE SAÚDE.

Controvérsia acerca da obrigação de fornecer medicamento para tratamento ambulatorial de Hepatite tipo C.

Alegação da Ré de que não está obrigada a fornecer o medicamento porque não estaria no rol estabelecido pela Agência Reguladora.

Doença com cobertura obrigatória por norma da ANS, nos termos do Anexo I da Resolução Normativa nº 387/2015.

Entendimento pacífico de que cabe ao profissional escolher o tratamento, sendo uma das hipóteses de fornecimento do medicamento.

Aplicação dos verbetes nº 211, 338 e 340 deste Tribunal de Justiça.

Manutenção da obrigação de fazer e de indenizar os danos morais em razão da recusa, mostrando-se adequado o quantum debeat de R\$ 6.000,00, considerando-se a extensão dos danos sofridos e o valor usualmente adotado por este Tribunal de Justiça.

Sentença aplicou sucumbência recíproca ao fundamento de que a Demandante não obteve o valor indenizatório pretendido na inicial e que "a sistemática do Código de Processo civil de 2015 acabou por prejudicar o entendimento do verbete 326 da Súmula do STJ".

O artigo 292, inciso V, do Código de Processo Civil de 2015 se refere única e exclusivamente a fixação do valor da causa, inexistindo menção ou remissão aos artigos 85 ou 86 da Lei Adjetiva Civil, pelo que se pode concluir que o legislador positivo não vislumbrou a interferência do valor da causa em demandas indenizatórias à hipótese de sucumbência parcial.

Impossibilidade de se afirmar que o Novo Código de Processo Civil é incompatível com o verbete nº 326 da Corte Superior, havendo a necessidade de se aguardar o posicionamento daquele Sodalício sobre o tema.

Considerando-se que a Autora logrou êxito na procedência integral dos pedidos de obrigação de fazer e de recebimento de indenização por danos morais, conclui-se que não sucumbiu no aspecto formal dos pedidos, razão pela qual não se mostra correta a sua condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios.

Reforma parcial da sentença para condenar a parte Ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios de 10% da condenação.

PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO DA AUTORA E DESPROVIMENTO DO APELO DA RÉ.

Apresentados embargos de declaração pela parte agravante, estes foram rejeitados (e-STJ, fls. 404-409).

Nas razões do recurso especial, fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, a recorrente alegou violação aos arts. 10 da Lei n. 9.656/1998; 51 do CDC; 757 e 760 do CC; e 1.022, II, do CPC/2015.

O Tribunal de origem não admitiu o processamento do recurso especial, por considerá-lo intempestivo (e-STJ, fl. 440).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 456-476 (e-STJ), e não apresentada contraminuta, conforme certificado à fl. 480 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, prudente esclarecer que o recurso especial apresentado pela parte ora recorrente é tempestivo, considerando que o acórdão recorrido foi publicado em

9/8/2018 e o apelo especial foi interposto em 27/8/2018.

Na hipótese em apreço, observa-se que contra a decisão proferida pelo TJRJ, quando do julgamento das apelações, os litigantes opuseram embargos de declaração, não sendo conhecido o apresentado pela ora agravante, decisão esta publicada em 9/8/2018, conforme certificado à fl. 410 (e-STJ). Portanto, o prazo final para interposição do recurso especial findou em 30/8/2018.

Oportuno destacar que dispõe a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça que "a única hipótese de os embargos de declaração, mesmo contendo pedido de efeitos modificativos, não interromperem o prazo para posteriores recursos é a de intempestividade, que conduz ao não conhecimento do recurso" (REsp 1.522.347/ES, Rel. Ministro Raul Araújo, Corte Especial, julgado em 16/9/2015, DJe 16/12/2015).

Ultrapassado esse ponto, cabe esclarecer que os embargos de declaração se revestem de índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo natureza de efeito modificativo.

Outrossim, a jurisprudência desta Corte é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte.

No caso, cumpre asseverar que o acórdão recorrido apreciou fundamentadamente a controvérsia dos autos, decidindo apenas de forma contrária à pretensão da parte recorrente. Não há, portanto, omissão ensejadora de oposição de embargos de declaração, pelo que deve ser rejeitada a alegação de violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO
CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU
PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DO
REQUERENTE.

1. O Tribunal de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide, de modo que, ausente qualquer omissão,

contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 1.022 do CPC/15.

2. Esta Corte Superior firmou posicionamento no sentido de que a baixa de demora de gravame de veículo adquirido por alienação fiduciária não configura dano moral *in re ipsa*. Incidência da Súmula 83/STJ.

2.1. No caso em tela, a revisão do aresto impugnado no sentido pretendido pela parte recorrente exigiria derruir a convicção formada nas instâncias ordinárias sobre a inexistência de circunstâncias outras a comprovar o dano sofrido. Incidência da Súmula 7/STJ.

2.2. Esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido óbice impede o exame do dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1666231/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/06/2019, DJe 06/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. OMISSÃO INEXISTENTE. DOCUMENTO. PRAZO. ARQUIVAMENTO. RENÚNCIA. PRESCRIÇÃO ANTECIPADA INADMISSÍVEL. AUSÊNCIA DE PROVA. EQUIPAMENTO. ENTREGA E INSTALAÇÃO. MATÉRIA PROBATÓRIA. REEXAME. NECESSIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. Na hipótese, não subsiste a alegada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, pois o tribunal de origem enfrentou as questões postas, não havendo no aresto recorrido omissão, contradição ou obscuridade.

3. A lei não admite a renúncia antecipada aos efeitos da prescrição, mas somente depois de exaurido o prazo correspondente. Precedente.

4. O tribunal local, após a análise das provas, concluiu pela existência da dívida. Rever tal posicionamento atrai o óbice da Súmula nº 7/STJ.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1365839/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 29/05/2019)

No que tange à recusa do fornecimento do medicamento prescrito pelo médico, o acórdão recorrido solucionou a lide sob o seguinte enfoque (e-STJ, fls. 366-372):

A Autora narra recusa da Ré em autorizar o fornecimento de medicamentos para tratamento de Hepatite tipo C da qual é portadora, o que buscou compeli-la em Juízo, além de indenização por danos morais.

E ela comprovou a indicação médica dos medicamentos indicados na inicial e a recusa da operadora:

[...]

A Demandada recorre afirmando que os medicamentos não estão incluídos no rol de cobertura obrigatória estabelecido pela Agência Nacional de Saúde suplementar.

[...]

Data venia, a doença que acomete a Autora consta do rol de procedimentos de cobertura mínima obrigatória do Anexo I da Resolução Normativa nº 387/2015 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, para procedimentos laboratoriais, diagnósticos e terapêuticos.

Principalmente porque os medicamentos prescritos, sofosbuvir e daclatasvir, já são registrados desde o ano de 2015:

[...]

Logo, não pode a operadora se sobrepor à determinação médica, pois já está consolidado na jurisprudência o entendimento de que, havendo previsão para tratamento da patologia, cabe ao médico prescrever a melhor forma.

Desta forma, correta a sentença ao determinar o custeio dos medicamentos necessários ao tratamento da Autora, assim como ao condenar a Ré ao pagamento de indenização por danos morais em razão da recusa indevida.

Ao que se depreende das razões supracitadas, o Tribunal estadual aplicou o entendimento firmado no âmbito desta Corte Superior, no sentido de que, embora as operadoras de planos de saúde possam, com alguma liberdade, limitar a cobertura, "a definição do tratamento a ser prestado cabe ao profissional de saúde, de modo que, se o mal está acobertado pelo contrato, não pode o plano de saúde limitar o procedimento terapêutico adequado" (AgInt no AREsp 1.333.824/DF, Relatora a Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, julgado em 05/02/2019, DJe 12/02/2019).

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE. RECUSA DE AUTORIZAÇÃO PARA TRATAMENTO DE DOENÇA COBERTA. CONDUTA ABUSIVA. FATO INCONTROVERSO. DANOS MORAIS. DECISÃO MANTIDA.

1. Consoante a jurisprudência desta Corte, é abusiva a negativa de cobertura do plano de saúde ao procedimento necessário para assegurar o tratamento de doenças previstas pelo contrato.

2. A recusa indevida da operadora de plano de saúde a autorizar o tratamento é passível de condenação por dano moral, uma vez que agrava a situação de aflição e angústia do segurado, comprometido em sua higidez físico-psicológica pela enfermidade. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1450942/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 22/08/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INOCORRÊNCIA. NEGATIVA DE COBERTURA. CLÁUSULA LIMITATIVA E AUSÊNCIA NO ROL DA ANS NÃO JUSTIFICA A RECUSA DE COBERTURA DE PROCEDIMENTO INDICADO PELO MÉDICO. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. TRATAMENTO. NEGATIVA NO FORNECIMENTO DOS MEDICAMENTOS INDICADOS POR MÉDICO. DANOS MORAIS.

INDEVIDA NEGATIVA DE COBERTURA. CABIMENTO. PRECEDENTES. VALOR. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 1448210/RJ, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/07/2019, DJe 02/08/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL (CPC/1973). PLANO DE SAÚDE. NEGATIVA DE COBERTURA. TRATAMENTO. DANO. TRATAMENTO EXPERIMENTAL. CLÁUSULAS LIMITATIVAS. DOENÇA ABRANGIDA PELO CONTRATO. CONDUTA ABUSIVA. INDEVIDA NEGATIVA DE COBERTURA. PRECEDENTES. DANOS MORAIS. VALOR. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL. SÚMULA 284/STF. DANO MORAL. INDEVIDA NEGATIVA DE COBERTURA. CABIMENTO. PRECEDENTES. VALOR. REVISÃO.

SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 1040800/DF, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 13/11/2017)

Desse modo, estando o acórdão recorrido em conformidade com a jurisprudência do STJ, incide a Súmula 83 do STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% (dois por cento).

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator